

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 13 DE JANEIRO DE 2021

15:00 Horas

ORDEM DO DIA

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. Aprovação da ata n.º 93;
2. Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 606/XIV/2.^a (PSD) - "Aprova o regime jurídico da desclassificação de contratos ou outros documentos que comprometem o Estado ou outras entidades integradas no perímetro orçamental em sectores fundamentais";
Autor: Deputado Fernando Anastácio (PS)
3. Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 584/XIV/2.^a (CDS-PP) - "Determina a identificação e publicitação de todas as taxas cobradas pela prestação de qualquer serviço por entidades públicas ou concessionárias de serviços públicos, eliminando as indevidas por inexistência de uma contraprestação";
Autor: Deputado Carlos Silva (PSD)
4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 43/XIV/1.^a (GOV) - "Reforça as garantias dos contribuintes e a simplificação processual";
5. Discussão e votação da Proposta de Lei n.º 15/XIV/1.^a (ALRAM) - "Procede à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro - Pela eliminação da tributação, em sede de IRS, sobre as compensações e subsídios auferidos pelos bombeiros portugueses na prestação do serviço voluntário";
6. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 413/XIV/1.^a (PAN) - "Assegura um tratamento justo aos bombeiros voluntários (Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, do Decreto-Lei n.º 87/2019, de 2 de julho, e do Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março)";
7. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 254/XIV/1.^a (PS) - "Procede à interpretação do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, clarificando o respetivo âmbito subjetivo de aplicação";

8. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 270/XIV/1.ª (PSD) - "Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio";
9. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 420/XIV/1.ª (PAN) - "Estabelece uma avaliação independente obrigatória do impacto na sustentabilidade de médio e longo prazo das finanças públicas e da viabilidade económica e financeira dos contratos de Parceria Público-Privada (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio)";
10. Discussão do Projeto de Resolução n.º 806/XIV/2.ª (PSD) - "Recomenda ao governo a afetação das verbas remanescentes da execução do PART em 2020 reafectando às autoridades de transporte que delas necessitem pela sua efetiva elevada taxa de execução";
11. Discussão e votação do Projeto de Regulamento da Comissão de Orçamento e Finanças, revisto à luz das novas disposições do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2020, de 31 de agosto;
12. Deliberação sobre escrutínio de iniciativa europeia COM(2020)595 - "Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à resiliência operacional digital do setor financeiro e que altera os regulamentos (CE) n.º 1060/2009, (UE) n.º 648/2012, (UE) n.º 600/2014 e (UE) n.º 909/2014";
Cabe ao GP PS
13. Deliberação sobre escrutínio de iniciativa europeia COM(2020)749 - "Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/112/CE no que respeita à atribuição de competências de execução à Comissão para determinar o significado dos termos utilizados em determinadas disposições dessa diretiva"
Cabe ao GP PSD
14. Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 615/XIV/2.ª (PSD) - "Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, clarificando os critérios de concessão de benefícios às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira";
Cabe ao GP BE
15. Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 618/XIV/2.ª (CDS PP) - "Contagorrente entre os Contribuintes e o Estado";
Cabe ao GP PSD

- 16.** Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 626/XIV/2.^a (PAN) - "Procede à criação de mecanismos de transparência relativamente às taxas cobradas no âmbito estadual e das autarquias locais, e assegura a avaliação técnica independente das contrapartidas associadas à cobrança de cada uma das taxas existentes no âmbito estadual";
Cabe ao GP PS
- 17.** Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 634/XIV/2.^a (PAN) - "Aprova um regime jurídico de transparência dos contratos, acordos e outros documentos relativos a operações que determinem a utilização ou disponibilização de fundos públicos relativamente a entidades pertencentes a sectores estratégicos";
Cabe ao GP PSD
- 18.** Outros assuntos.